

ANÁLISE DE RISCO GEOPOLÍTICO: VENEZUELA (2019)

GEOPOLITICAL RISK ANALYSIS: VENEZUELA (2019)

*Frederico Franco Alvim **

*Josbertini Virgínio Clementino ***

RESUMO

O presente relatório pretende dimensionar o risco geopolítico do cenário atualmente vivido pelo Estado venezuelano, analisando o grau de probabilidade em torno de uma possível ruptura institucional a curto prazo, em especial a partir da ocorrência uma tentativa de transição democrática por colapso, mediante o início de um enfrentamento direto, impulsionado pelo recurso à violência política no contexto de uma insurgência popular. Para tanto, (i) desenvolve em termos teóricos o problema da legitimidade governamental; (ii) dimensiona aspectos relevantes sobre a crise política, econômica e social que assola o país; (iii) discute o peso de fatores geopolíticos no desenvolvimento dos focos de revolta, sob a perspectiva de uma possível revolução.

Palavras-chave: Venezuela. Risco geopolítico. Legitimidade política. Transição democrática. Ruptura institucional.

ABSTRACT

This report aims to assess the geopolitical risk of the Venezuelan scenario, analyzing the degree of probability surrounding a possible institutional rupture in the short term, especially the occurrence of an attempt at democratic transition through collapse, through the beginning of a direct confrontation, driven by the use of political violence in the context of a popular insurgency. In such way, advances to: (i) develop theoretically the problem of government legitimacy; (ii) dimension relevant aspects of the political, economic and social crisis that is plaguing that country; (iii) discuss the weight of geopolitical factors in the development of foci of revolt, from the perspective of a possible revolution.

Keywords: Venezuela. Geopolitical risk. Political legitimacy. Democratic transition. Institutional rupture.

* Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA). Mestre em Direito (Unimep). Doutorando em Ciência Política (ULisboa). Especialista em Direito Eleitoral (UFG / UNAM). Analista Judiciário do Tribunal Superior Eleitoral. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político. Professor de Direito Eleitoral e de Teoria do Estado em nível de pós-graduação. Autor das obras: Manual de Direito Eleitoral (Fórum, 2012); Curso de Direito Eleitoral (Juruá, 2016); Cobertura política e integridade eleitoral: efeitos da mídia sobre as eleições (Habitus, 2018); e Abuso de poder nas competições eleitorais (Juruá, 2019).

** Doutorando em Ciência Política (ULisboa). Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE). Graduado em Administração Pública e de Empresas (UECE).

1. INTRODUÇÃO

A República Bolivariana da Venezuela, país sul-americano considerado rico em biodiversidade e em recursos naturais, vivencia um momento político demasiado tenso³, marcado pelo crescimento progressivo de uma insatisfação popular generalizada e, sobremais, pela conformação de um movimento opositor cada vez mais amplo, organizado e ativo. No cenário atual, a base de apoio do governo tende ao desmoronamento. Os problemas socioeconômicos parecem faltos de uma solução efetiva próxima e, paralelamente, a diplomacia internacional hegemônica aumenta a pressão pelo fim do regime de turno. À luz desse contexto, sobejam indicativos a apontar para a frágil estabilidade do seu regime político.

Nesse diapasão, este relatório objetiva dimensionar o risco geopolítico do cenário venezuelano, analisando o grau de probabilidade em torno de uma possível ruptura institucional a curto prazo, em especial a ocorrência de uma tentativa de transição por colapso, mediante o início de um enfrentamento de caráter direto, impulsionado pelo recurso à violência política no contexto de uma insurgência popular.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Venezuela se estende sobre uma área de 912.050 km e possui, atualmente, 32.381.221 habitantes⁴, sendo o sexto país em extensão territorial e o quarto a nível populacional⁵ no contexto específico da América do Sul. No que tange às fronteiras geográficas, o Estado venezuelano encontra quatro grandes limites: Mar do Caribe (norte); Colômbia (oeste); Guiana (leste); e Brasil (sul), conforme demonstra o mapa abaixo⁶:

3 A quadra de crise que assola o país não é novidadeira. Com efeito, desde a ascensão do presidente Hugo Chávez, com o que se inaugura o regime atual, a Venezuela já experimentou outros grandes picos de tensão política, por exemplo, com o desencadeamento do *paro petrolero*, em 2003, assim como por ocasião da recessão mundial de 2008, que impactou a economia Venezuela com uma substancial redução do PIB. (NAVES, Mônica Martins; CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. Desigualdade e desenvolvimento na Venezuela: uma análise histórico-contemporânea. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPRESENTAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2014, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: USP, 2014. p. 8).

4 O país é bastante miscigenado, sendo a composição populacional formada por eurameríndios, europeus ibéricos, afrodescendentes e ameríndios. A densidade demográfica da Venezuela é de 33 habitantes por km²; o país apresenta um crescimento populacional na ordem de 1,2% ao ano. Trata-se de um dos países mais urbanizados da América Latina (taxa de 85%). A maior parte da população habita o Norte do país. As cidades mais populosas são: Caracas, com 2.925.000 habitantes; Maracaibo, com 2.179.000 habitantes; Valência, com 1.734.000 habitantes; Maracay, com 1.178.000 habitantes; e Barquisimeto, com 1.189.000 habitantes. A população é majoritariamente jovem e adulta (aproximadamente 57% dos venezuelanos possuem entre 15 e 54 anos). Do ponto de vista religioso, o país é predominantemente católico (96%). A expectativa de vida gira na casa dos 76,2 anos e a taxa de analfabetismo em 2016 era de 2,9%. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Países. Venezuela. *Base de dados*. Disponível em: <<http://pais.es.ibge.gov.br/dados/Venezuela>>. Acesso em: 16 abr. 2019).

5 INDEX Mundi. Mapa Comparativo entre Países. População. América do Sul. *Base de dados*. Disponível em: <<http://indexmundi.com/map/?v=21&r=sa&l=pt>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

6 No que tange às extensões, as fronteiras venezuelanas se estendem por 2.800 km, no Mar do Caribe; 2.137 km, junto ao Brasil; 2.341 km, junto à Colômbia; e 789 km, junto à Guiana. (CENTRAL Intelligence Agency. *The World Factbook 2016-2017*. Political South America. Washington DC, 2017. Disponível em: <<http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sa.html>>. Acesso em: 16 abr. 2019).



Fonte: Central Intelligence Agency, 2016.

O país possui um clima tropical (quente e úmido), apesar de mais moderado nas terras altas. O relevo tem por característica a presença de planícies no Norte e montanhas no Noroeste (Cordilheira dos Andes), assim como planaltos no Centro e Sudeste. O ponto geográfico mais baixo é o Mar do Caribe (0 metro) e o mais elevado corresponde ao Pico Bolívar, com a altitude de 5.007 metros⁷.

A costa venezuelana é banhada ao Norte pelo Mar do Caribe e a Nordeste pelo Oceano Atlântico e detém como principais rios: Orinoco, Caroni, Caura, Apure, Arauca e Ventuari, sendo Maracaibo, Bermudez e Valência os seus lagos mais destacados. O país se encontra no rio das principais rotas marítimas e aéreas que ligam a América do Norte à América do Sul. Sobre o uso do solo, predominam dois diferentes tipos de manejo da terra: terra agrícola (20,6%) e floresta (52,1%). Os principais problemas ambientais constatados são: desmatamento, degradação do solo, poluição do ar e contaminação das águas⁸.

No que diz com a organização política, trata-se um Estado federal, dividido em 23 estados, aos quais se somam o Distrito Capital, bem como dependências (formações insulares de ultramar⁹) e territórios federais, compostos por municípios

7 CENTRAL, op. cit., 2017.

8 Ibidem.

9 As Dependências Federais da Venezuela são compostas por uma porção de ilhas e ilhotas, a saber: Las Aves, Los Roques, Orchilla, Blanquilla, Los Hermanos e Ilha Margarita, além de outras em sua maioria não habitadas. Mencione-se ainda a existência de um território em reivindicação com a Guiana, denominado Guiana Essequiba.

(art. 16, da Constituição da República Bolivariana da Venezuela). Formalmente, cuida-se de um Estado Democrático de Direito que propugna, como “valores superiores de seu ordenamento”, a vida, a liberdade, a justiça, a igualdade, a solidariedade, a democracia, a responsabilidade social e, em geral, a garantia dos direitos consagrados na sua Constituição (art. 2º, CRBV).

Em termos econômicos, a Venezuela ostenta uma matriz unidirecional, “resumida praticamente à exploração do petróleo”¹⁰. Os setores produtivo e econômico não encontram diversificações significativas e, nesse sentido, o país se sujeita às oscilações de preços no mercado internacional de *commodities*¹¹. Também por isso, o crescimento econômico verificado no início da década de 2000 não representava “um desenvolvimento de fato, mas apenas um momento favorável”¹².

A pujança em reservas de petróleo, obviamente, situa a Venezuela no espectro de interesses dos grandes atores internacionais¹³, que em geral não desconsideram, em suas estratégias, as movimentações políticas ocorridas dentro do vigésimo maior produtor de petróleo do planeta¹⁴. Por isso, é certo que se soma aos opositores um apoio internacional particularmente interessado, materializado por potências estrangeiras, em especial os Estados Unidos¹⁵,

10 A Venezuela é um país petrolífero desde a década de 1920, quando o petróleo superou o café como principal produto de exportação. O país se tornou um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Tem como principais recursos naturais: petróleo, gás natural, minério de ferro, ouro, diamantes e bauxita. O setor industrial representa cerca de 40% do PIB, com destaque para o refino de petróleo, metalúrgica, siderúrgica, alimentícia, química; o setor agrário, por seu turno, representa cerca de 4% do produto interno bruto, produzindo e exportando arroz, milho, frutas e carnes bovinas; contudo, o país não é autossuficiente nesse setor. Seus principais parceiros comerciais são Estados Unidos, Colômbia, China e Brasil. (NAVES, CÍCERO, 2014, p. 7).

11 Rouquié descreve a Venezuela como um país monoprodutor, afligido pela “maldição petrolífera”, no qual a agricultura é uma atividade marginal. Informa que a Venezuela, em 2010, importava 75% dos produtos alimentícios que consumia, espelhando uma realidade muito diferente da que vivia décadas atrás, quando os vegetais, em geral, eram todos cultivados em solo nacional. Assim, considera que as estatísticas de importação demonstram o rotundo fracasso da política agrária da era chavista, com a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário (2001) que levou a terno a expropriação de latifúndios considerados pouco produtivos. (ROUQUIÉ, Alain. *A la sombra de las dictaduras*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 233-234).

12 Não espanta, pois, que a Venezuela apresente demasiadas oscilações quanto ao PIB. Conforme dados do Banco Mundial, pela altura da primeira grande crise enfrentada pelo regime chavista (*para petrolero*), o PIB caiu 16,7%, entre os anos de 2002 e 2003 (THE World Bank. World Development Indicators. GDP Growth (annual %). *Base de dados*. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators#>>. Acesso em: 22 abr. 2019). Seguiu-se uma forte recuperação, 47,3% entre 2004 e 2007; não obstante, após o *start* dado pela crise mundial de 2008, outra sensível queda (4,7%) foi verificada entre 2009 e 2010. A série histórica fornecida pelo banco de dados mencionado termina com um desempenho negativo de -3,9%, relativo ao exercício de 2014. (NAVES; CÍCERO, op. cit., p. 7).

13 Fernanda Delgado observa que a Venezuela assume um papel relevante na geopolítica do Petróleo, ao lado do Oriente Médio. No caso venezuelano, a não aplicação dos necessários investimentos e a “situação volátil” do país afetam o preço internacional do produto, haja vista que forcejam o declínio da produção. Conforme a autora: “Na Venezuela, o declínio da produção de óleo está acelerando e, até o final de 2018, poderá ter caído em centenas de milhares de barris por dia. Os dados da IEA (2018) mostram que a produção está em 550 mil barris por dia menor do que seu objetivo dentro do acordo de Veneza, e que esse ‘excesso’ é mais que o compromisso total da Arábia Saudita. A possível deficiência da oferta representada por Irã e Venezuela pode apresentar um desafio enorme para produtores evitarem fortes aumentos no preço e preencherem o vácuo”. (DELGADO, Fernanda. O mercado internacional de petróleo: dos fundamentos do mercado à geopolítica. *FGV Energia*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://fgvenergia.fgv.br/noticias/o-mercado-internacional-de-petroleo-dos-fundamentos-de-mercado-a-geopolitica>>. Acesso em: 21 abr. 2019).

14 TRADING Economics. *Base de dados*, 2019. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com>>. Acesso: 9 mai. 2019.

15 Como percebe Anderson, 2011 apud Salgado, 2017 “[...] a história dos países latino-americanos não pode ser entendida sem levar em consideração o fato de que ao norte de suas fronteiras existe uma nação que entende seus vizinhos como fonte de matérias-primas a serem exploradas para satisfazer os impetus econômicos das indústrias estadunidenses”. Nesse caminho “a política externa dos EUA consegue justificar a violação da ordem constitucional de várias formas, entre elas a alegação de que a democracia não se resume ao acontecimento de eleições periódicas. Segundo o relatório do Congresso dos EUA sobre a democracia na política externa, a democracia deve defender a existência, além das eleições, do respeito à Constituição, aos direitos individuais e um legislativo independente”. (SALGADO, Tiago Santos. A ingerência estadunidense na Venezuela chavista. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 57-58, dez. 2017). É o que aponta Salgado que, no entanto, objeta que a defesa empreendida pelos

mediante a aplicação de estratégias de *soft* ou *hard power*.¹⁶

No caso em exame, a pressão exercida sobre a Venezuela se espalha no campo ideológico, por intermédio de censuras que têm como alvo a opinião pública internacional¹⁷, assim como pelo terreno concreto de sanções econômicas e pela ameaça de possíveis invasões estrangeiras, com o envio de tropas a reforçar uma eventual ação armada capitaneada pela oposição.

EUA quanto à democracia atende em termos diretos aos interesses do livre mercado, sendo notável que “quando a livre circulação de capitais e mercadorias acontece, a democracia é desejada, no entanto, quando não acontece, a democracia é um detalhe que, caso atrapalhe os interesses dos EUA, pode ser dispensável”. (Ibid., p. 77). No que tange às ingerências dos EUA sobre a política interna da Venezuela, Salgado defende que são constantes, e crescem à partir do início do governo de Hugo Chávez, em especial porque a busca de uma maior pluralidade nas relações comerciais petrolíferas conflita com os interesses financeiros norte-americanos na região. (Ibid., p. 79). A propósito, Rouquié comenta que no caso das empresas petrolíferas a maior coerção exercida – a exigência de que a estatal PDVSA seja majoritária na participação de sociedades estrangeiras em solo venezuelano – espantou apenas as companhias estadunidenses que aderiram à “estratégia anti-Chávez de Washington”, permanecendo as demais. (ROUQUIÉ, op. cit., p. 231-232).

16 Sandra Balão explica que no âmbito das relações entre Estados o poder pode ser alcançado e potenciado mediante diferentes “caminhos”. Assim, “ou se opta por uma legitimidade reconhecida através do consentimento ou, pelo contrário, pela imposição desse exercício através da força das armas”. (BALÃO, Sandra Maria Rodrigues. *A matriz do poder. Uma visão analítica da Globalização e Antiglobalização no mundo contemporâneo*. 2. ed. Lisboa: MGI, 2014. p. 310). Battistella acresce que no plano internacional avulta de importância o denominado “poder estrutural”, definido como “a capacidade de moldar (to shape) e determinar as estruturas da economia política global no seio das quais os outros Estados [...] devem operar”. São quatro as estruturas a que alude essa forma de poder: “a estrutura da segurança, no seio da qual o poder consiste na capacidade de fornecer a alguém a proteção contra as ameaças que ele sofreu e na capacidade de infligir uma ameaça à segurança de alguém; a estrutura financeira, relativa à capacidade de oferecer, recusar ou pedir crédito; a estrutura de produção, que concerne à capacidade de determinar o lugar, o meio e o conteúdo das atividades visando a criar prosperidade; e a estrutura do saber, no seio da qual o poder consiste na capacidade de influenciar as ideias e as crenças socialmente legítimas e procuradas por uns e por outros, e na capacidade de controlar o acesso aos meios de armazenamento e de comunicação das ditas ideias e crenças”. (BATTISTELLA, Dario. *Teorias das relações internacionais*. 4. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014. p. 410-411). À vista desses aspectos, o autor considera que “os Estados Unidos permanecem, de longe, o ator cujo poder estrutural é o mais elevado: para que o que é da estrutura de segurança, detém a força militar por excelência; no que concerne à estrutura de produção, continuam o primeiro PNB do mundo; no campo da estrutura financeira, o dólar resta a divisa internacional de referência [...]; quanto à estrutura dos saberes, basta olhar o número de prêmios Nobel para se perceber a capacidade de inovação dos Estados Unidos”. (Ibid., p. 412). Por tudo isso, pode-se imaginar a dimensão do peso imposto ao regime de Maduro, quando o governo americano passa a mirá-lo, negativamente, como um alvo principal de atenção. Um reflexo atual e visível desse pressionamento pode ser vislumbrando a partir da recente queda da produção diária de petróleo cru, na ordem de 150.000 barris por dia, atribuída por especialistas não somente às frequentes quedas de energia verificadas ultimamente no país, mas também às sanções impostas pelos EUA. Disponível em: <https://ita.reuters.com/articulo/petroleo-opep-sondeo-idLTACKN1RD261-OUSLT>. Acesso: 21.4.2019.

17 Aponte-se, à guisa de ilustração, comunicado emitido em junho de 2018 pelos países do Mercosul estabeleça canais de acesso para a entrada de ajuda humanitária. (MAZUI, Guilherme. Em comunicado, países do Mercosul pedem que Venezuela estabeleça canais de acesso para ajuda humanitária. *Portal G1*, Brasília, DF, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/em-comunicado-paises-do-mercosul-pedem-que-venezuela-estabeleca-canais-de-acesso-para-ajuda-humanitaria.ghtml>. Acesso: 21 abr. 2019). Também assim, recorde-se que o mesmo Mercosul retirou da Venezuela as prerrogativas políticas que detinha como Estado-membro, em virtude da “ruptura da ordem democrática”, em resolução aprovada por unanimidade em 5 de outubro de 2017. (BAZZO, Gabriela; FRANCO, Marina. Mercosul suspende direitos políticos da Venezuela por ‘ruptura da ordem democrática’. *Portal G1*, São Paulo, 05 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-suspende-direitos-politicos-da-venezuela-por-ruptura-da-ordem-democratica.ghtml>. Acesso: 21 abr. 2019). Ademais, o país é alvo de constantes manifestações de Estados vizinhos, como o Brasil e a Colômbia, notadamente a partir da assunção de presidentes com linhagens ideológicas afastadas da esquerda. Em fevereiro deste ano, a Colômbia chegou a fechar as fronteiras com a Venezuela pelo período de dois dias. (EFE. Colômbia fecha parte da fronteira com a Venezuela por 2 dias para ‘avaliar danos’. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 24 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/24/colombia-fecha-parte-da-fronteira-com-a-venezuela-por-2-dias-para-avaliar-danos.ghtml>. Acesso: 21 fev. 2019). Além disso, o país andino chegou a cogitar a formação de uma coalizão militar com o Brasil, para promover a derrubada de Maduro, no final do ano passado. (COLOMBO, Sylvia. Colômbia sugere aliança com Bolsonaro para derrubar Maduro. *Folha de S. Paulo*, Nova York, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/colombia-sugere-alianca-com-bolsonaro-para-derrubar-maduro.shtml>. Acesso: 21 abr. 2019). O governo brasileiro, por seu lado, não descarta a participação uma eventual invasão da Venezuela; nada obstante, a decisão final, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (art. 137, inciso II), cabe ao Congresso Nacional. De acordo com declarações dadas pelo Presidente Jair Bolsonaro, a intenção de Brasil e Estados Unidos é “criar fissuras no Exército venezuelano”, até o ponto em que as forças armadas deixem de suportar militarmente o governo de Nicolás Maduro. (BOLSONARO diz que se houver invasão na Venezuela, consultará Congresso, mas decisão final é dele. *O Globo*, Mundo, 08 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/bolsonaro-diz-que-se-houver-invasao-na-veezuela-consultara-congresso-mas-decisao-final-dele-235883255>. Acesso em: 21 abr. 2019).

3. FATORES GEOPOLÍTICOS DA VENEZUELA

Historicamente, a Venezuela viveu inúmeras crises políticas e algumas tentativas de golpe. Mas para melhor compreensão do atual momento vivido pela Venezuela, importante realizar uma rápida digressão à década de 1990, pois dali surgiu o Chavismo¹⁸. Houve uma tentativa de golpe em 1992 para deposição do presidente da época, Carlos Pérez, que teve a liderança e relevante participação do então tenente-coronel do exército venezuelano, Hugo Rafael Chávez Frias. O golpe não obteve êxito, Chávez foi preso juntamente com outros membros do Movimento Bolivariano Revolucionário 200, sendo solto em 1994. Nesse período Chávez ficou extremamente popular e em 1998 se candidatou a presidência da República venezuelana e foi eleito, vencendo ainda mais três eleições presidenciais consecutivas: 2000, 2006 e 2012.

Em quatorze anos no poder, Hugo Chávez mudou a constituição do país e implementou uma série de transformações estruturais, como a reforma agrária, ampliação da distribuição de renda na Venezuela, forte controle sobre a Companhia Petróleos de Venezuela S.A. - PDVSA e conseguiu mais avanços sociais como a redução da mortalidade infantil. Entretanto houve durante esse período contestações de frações e segmentos da sociedade venezuelana contra o modelo chavista de governar e o fortalecimento de uma frente de oposições contra o governo vigente.

Essa bonança experimentada pela Venezuela nesse período foi fruto da sua principal riqueza que é o Petróleo. Referida *commodity* estava com um valor elevado no mercado internacional no período que Chávez governou, por isso conseguiu financiar muitas ações com o dinheiro da venda de petróleo. Porém, nunca foi auferido uma diversificação na economia do país, e como já foi citado, desde a década de 1920, a Venezuela é dependente do petróleo para financiar seus gastos, despesas e investimentos, nunca conquistando uma autossuficiência na sua agricultura e indústria, por exemplo. Grande parte dos bens de consumo são importados de outros países. Atualmente é o país com as maiores reservas de petróleo do mundo e membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP.

A crise atual vivida na Venezuela possui motivações políticas e econômicas e vem sendo intensamente noticiada nos veículos de informação. Mas podemos dizer que a crise se aprofunda a partir de dois acontecimentos: falecimento precoce em 2013 do ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, vítima de um câncer, assumindo o vice-presidente à época e atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, e a forte desvalorização do petróleo no mercado internacional, ocorrida a partir de 2014.

18 Segundo Silva, o Chavismo é a personificação da figura de Hugo Chávez no contexto do Bolivarianismo, fenômeno que buscou um resgate e ressignificação do ideário político de Simon Bolívar e pode ser compreendido como um “movimento cívico-militar específico da Venezuela surgido entre os oficiais do Exército nos anos 1980 com a intenção de criticar, refletir e questionar o modelo político, econômico e social do país naquela ocasião, defendendo o reconhecimento da dignidade militar e a luta contra a corrupção e a desigualdade social.” (SILVA, Luiz Fernando de O. Questão militar na Venezuela chavista: política, representação e tempo presente. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO TEMPO PRESENTE, 3., 2017, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: UDESC, 2017. p. 11).

Maduro buscou dar continuidade à política de Chávez, contudo, as dificuldades políticas aumentaram já que não tem o mesmo carisma e liderança consolidada como do seu antecessor, conforme destaca Nery, e a queda no valor do petróleo impactou diretamente no desabastecimento do país, já que com recursos financeiros escassos, o governo parou de importar itens básicos de consumo da população.¹⁹

Desde 2014, a Venezuela vem experimentando uma derrocada na sua economia com altos índices de inflação, queda brutal no PIB, forte ampliação da pobreza e miséria no país com muitos venezuelanos migrando para outros países da região como Colômbia e Brasil, pois relatam desemprego por longos períodos, falta de oportunidade e fome.

No campo político, o país tem um histórico conturbado e as forças de oposição ao Chavismo, acusam o presidente Maduro de forte autoritarismo e totalitarismo. Atualmente, o país vive um intenso cenário de crise política, em que a legitimidade do presidente é questionada pela comunidade internacional após sua reeleição em 2018, vista por alguns como controversa e marcada por fraudes. Vários outros países, incluindo Brasil, Argentina, Canadá, Chile, Paraguai, Costa Rica, Estados Unidos, Peru e o Secretário-Geral da OEA, não reconhecem o seu batismo eleitoral, passando a distinguir Juan Guaidó, líder da oposição, chefe da Assembleia Nacional e autoproclamado presidente interino venezuelano, como o chefe do executivo daquele país.

Com o agravamento da crise política por conta da última reeleição, contestada pela oposição, em associação com o colapso socioeconômico vivido pela Venezuela, está ocorrendo um movimento contínuo de protesto da população nas ruas contra o governo, algumas muito violentas, inclusive contabilizando mortes, apesar de haver também movimentos de rua apoiando o atual governo.

Países como China, Bolívia, Cuba, Turquia e Rússia reconhecem o Governo de Maduro e sua legitimidade, haja vista também que alguns têm montas consideráveis de recursos investidos no país e também por conta de alinhamento ideológico.

Desde a ascensão de Chávez ao poder, os gastos militares venezuelanos tiveram robusta ampliação quando passou de 56^o no ranking de compradores de armas de 1998 a 2002 a 24^o de 2003 a 2007²⁰. Em 2016, a Venezuela contava em 2016 com um orçamento militar de US\$8.549.765.946 e um contingente nas suas forças armadas de 365.315 combatentes distribuídos entre Exército, Aeronáutica, Marinha e Guarda Nacional, além de homens e mulheres na Milícia Nacional Bolivariana que é uma força auxiliar das Forças Armadas venezuelanas²¹.

A forte aquisição de armamentos ocorreu principalmente por uma cooperação militar empreendida com a Rússia que, entre 2003 a 2007, forneceu 93% de todas as armas compradas pela Venezuela. Nesse período, o país sul-americano comprou da Rússia: 100.000 fuzis automáticos Kalashnikov AK-47, 24 caças Sukhoi

19 NERY, Tiago. As diferentes trajetórias de desenvolvimento de Brasil e Venezuela (1945-2015). *Cadernos de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, p. 57, 2017.

20 BORBA, Pedro dos Santos de. *Segurança na América do Sul*. Porto Alegre: Nerint, 2009. p. 12.

21 DONADIO, Marcela; TIBILETTI, María de la Paz. *Atlas comparativo de la defensa en América y Caribe*: edición 2016. Buenos Aires: RESDAL, 2016. p. 210-215.

Su-30MK, 10 Mi-35 helicópteros de combate, aproximadamente 40 veículos multitarrefa Mi-17-V e 3 helicópteros pesados Mi-26²². Em seguida foram adquiridos com destaque, entre outros equipamentos bélicos, baterias antiaéreas S-300 e sistemas antiaéreos Pechora 2M SAM.

Além do significativo incremento militar, a Venezuela nesse ciclo do Chavismo, atuou numa política externa para fazer frente à influência e projeto norte-americano para a América Latina. O Projeto dos Estados Unidos era a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA que consistia em acordos comerciais e tratados de livre comércio com países da região. Em contraponto, a Venezuela propôs e liderou a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA que seria um modelo de integração dos povos e dos países do Continente Americano na área de segurança, comércio mútuo, convênios e investimentos entre governos progressistas e socialistas, diferente do modelo neoliberal americano²³.

Capitalizado pelo dinheiro do Petróleo, muito bem cotado e comercializado no mercado internacional, a República Bolivariana da Venezuela ampliou sua influência sobre a Bolívia, considerado o Estado Pivô do Heartland Sul-americano (vide Figura 1 no Anexo), através da criação da empresa binacional venezuelano-boliviana, Petroandina, visando explorar petróleo e gás natural em território boliviano, além de acordos com Cuba, Equador, Nicarágua, entre outros²⁴.

Os venezuelanos estão envolvidos em disputa territorial com a Guiana pela região de Guiana Essequiba, alegando que essa região era parte de seu território na época da colonização espanhola. Desde 2015, após as descobertas de grandes reservas petrolíferas na referida região, o nível de tensionamento aumentou entre os dois países (vide Figura 2 no Anexo).

4. A FRÁGIL LEGITIMIDADE DO REGIME DE NICOLÁS MADURO

Como argumenta Maltez, no âmbito da política usar palavras “aparentemente simples” como “democracia”, “significa semear ventos, com inevitável colheita de tempestades, porque os nomes que parecem comuns acabam por ser os mais opacos, sobretudo quando há palavras que pretendem fixar ideias [...]”²⁵. À luz dessa lição, pouco importa que o Estado Venezuelano se autoproclame democrático (art. 2º, da CRBV), se suas decisões, ações e instituições faltam com a lógica e rompem com os axiomas e pressupostos e dessa forma particular de organização política.

Em definitivo, a discussão doutrinária em torno da questão democrática tende a considerar que um sistema democrático só o é factualmente quando, para além de se sujeitar aos princípios, normas e controles previstos no direito positivo, mantenha um poder político que goze de uma gênese legítima e, ademais, atue concretamente em conexão com as necessidades e anseios da população.

22 VILLA, Rafael Duarte; VIGGIANO, Juliana. Trends in South American weapons purchases at the beginning of the new millennium. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 55, n. 2, p. 32, dec. 2012.

23 ROMERO, Carlos. La política exterior de la Venezuela bolivariana. *Plataforma Democrática*, São Paulo, working paper n. 4, jul. 2010. p. 6-7.

24 SCHENEGOSKI, A. M.; ALBUQUERQUE, E. S. A geopolítica da política externa bolivariana. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71-82. 2014. (Online).

25 MALTEZ, José Adelino. *Manual de ciência política: teoria geral da República*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2018. p. 14.

A par dessa percepção, a legitimidade do poder político comporta duas dimensões inexoráveis: uma de *origem*, outra de *exercício*. A primeira é oferecida pela técnica eleitoral, face formal das democracias concorrenciais; a segunda, pelo respeito aos fundamentos constitucionais no exercício concreto do poder representativo, a fim de evitar o surgimento de um *gap* entre aquilo que o sistema democrático espera e aquilo que a classe política pratica.

No *corpus* doutrinário, o delineamento da legitimidade de exercício supõe que os mandatários estejam, frequentemente, em harmonia com a *voluntas* corrente, na medida em que a aceitação generalizada do princípio democrático enseja a ideia de que a vontade do povo “deve ser a vontade fundamental do Estado e de que suas opções devem servir de critério de atuação dos governantes”²⁶.

Se é verdade que essa harmonia não pode ser perfeita, por outro lado ela também não deve ficar abaixo de um certo nível, de modo que se houver um “divórcio muito pronunciado, os dirigentes tornam-se ilegítimos”, notadamente quando suas práticas terminem por arruinar o “edifício do consenso”²⁷.

Quanto ao aspecto procedimental, não ajuda que a Venezuela realize, de tempos em tempos, eleições para a renovação dos cargos representativos, tendo em vista a existência de regimes eleitorais autoritários que praticam autoritarismos por trás de fachadas democráticas institucionais²⁸.

Nesse plano, em virtude de seus arranjos e também de sua práxis, as consultas venezuelanas gozam de um parco prestígio frente a comunidade internacional²⁹⁻³⁰. A propósito, a Venezuela ocupa nada menos do que a última posição em nível regional no âmbito da Escala GPEI (*Global Perceptions of Electoral Integrity*), que ordena as eleições nacionais ao redor do globo segundo uma escala de qualidade que afere o índice de depuração de normas, práticas e procedimentos³¹.

Por outro lado, para que se qualifique como democrático, um Estado também deve cumprir com encargos de cariz substantivo, a fim de que se cumpra a necessária “relação de conformidade entre o poder em causa e o fim ou os fins a que se destina”³². Dentro dessa perspectiva, a satisfação das exigências democráticas pressupõe, na linha de Dahl³³, que os direitos inerentes ao modelo democrático sejam realmente cumpridos e, na realidade, estejam à disposição dos cidadãos: “Se não estiverem, se não forem compulsórios, o sistema político não é democrático, apesar do que digam seus governantes [...]”. Isso posto, também nesse âmbito sobejam indicadores a negar ao Estado venezuelano a mais nobre adjetivação política.

26 MIRANDA, Jorge. *Direito eleitoral*. Coimbra: Almedina, 2018. p. 44.

27 HERMET, Guy. Legitimidade. In: HERMET, Guy et al. *Dicionário de Ciência Política e das instituições políticas*. Lisboa: Escolar Editora, 2014, p. 157.

28 SCHEDLER, Andreas. *La política de la incertidumbre en los regímenes electorales autoritarios*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2016. p. 15.

29 NORRIS, Pippa. *Why electoral integrity matters?* Oxford: Oxford Press, 2013. p. 1865. (edição eletrônica Kindle).

30 HAUSMANN, Ricardo; RIGOBON, Roberto. In search of the Black Swan: analysis of the statistical evidence of electoral fraud in Venezuela. *Statistical Science*, v. 26, n. 4, p. 543-563, 2011.

31 ALVIM, Frederico Franco. *Cobertura política e integridade eleitoral: efeitos da mídia sobre as eleições*. Florianópolis: Habitus, 2018. p. 61.

32 LARA, António de Sousa. *Ciência política: estudo da ordem e da subversão*. 9. ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2017. p. 249.

33 DAHL, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 2015. p. 62.

Com efeito, nos últimos anos a Venezuela tem apresentado níveis acentuados de pobreza. Conforme projeção do Banco Mundial, na última década o percentual de cidadãos cujas receitas os mantêm abaixo da linha nacional da pobreza é bastante elevado:

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
33,1%	27,5%	27,7%	26,4%	26,8%	27,4%	27,2%	29,4%	29,5%	33,3%

Fonte: elaboração própria, com dados extraídos do Banco Mundial (*World Development Indicators*).

Como mais, somam-se àqueles outros números alarmantes, derivados de recente pesquisa levada a termo pela Coligação de Organizações pelo Direito à Saúde e à Vida (CODEVIDA) e apresentada na ONU, de acordo com a qual o percentual atual de cidadãos pobres a viver na Venezuela gira na casa dos 87%, sendo que 61% da população tem amargado a pobreza extrema³⁴e, conseqüentemente, a fome³⁵. Igualmente, a inflação galopante em torno do preço dos alimentos - 315% ao ano³⁶ – intensifica e sedimenta quadros generalizados de desnutrição.

Há, para mais, graves problemas no plano da habitação social e da mobilidade urbana: as cidades – capital inclusa – estão rodeadas de construções insalubres, suas infraestruturas estão degradadas e a oferta de transporte público é insuficiente³⁷.

Em acréscimo, como decorrência do aumento da pobreza, o drama social ganha subprodutos negativos adicionais, entre os quais o aumento exponencial da violência. Dentro desse panorama, Naves e Cícero pontuam que a Venezuela “apresenta uma das maiores taxas de homicídios da América Latina”, chegando a atingir a escala de 53,7 por cada 100 mil habitantes no ano de 2012³⁸. Rouquié assoma que a cidade de Caracas aparece como a mais violenta da América do Sul, batendo o Rio de Janeiro nesse “sinistro concurso”³⁹.

Os problemas políticos e sociais redundam, como é intuitivo, numa preocupante onda de migração progressiva. Segundo Informe Preliminar elaborado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a crise de emigrantes é um evento “sem precedentes na história da região”. Dita crise, deflagrada por graves problemas que incluem “escassez de alimentos e medicamentos, hiperinflação, violência generalizada, existência ou percepção de controle social, além de violações mas-

34 AGÊNCIA Lusa. Há 87% de pobres na Venezuela e 61% da população vive em pobreza extrema. *Observador*, 14 sep. 2018. Disponível em: <<http://www.observador.pt/2018/09/14/ha-87-de-pobres-na-venezuela-e-61-da-populacao-vive-em-pobreza-extrema/>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

35 Nos termos do Informe Preliminar sobre a Crise de Emigrantes e Refugiados Venezuelanos, levantamentos compilados pela ONU estimam que ao menos 1 milhão e 300 mil refugiados venezuelanos sofrem com problemas de desnutrição. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Informe preliminar sobre la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región*. Washington DC: OEA, 2019. p. 4).

36 TRADING Economics. *Base de dados*, 2019. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/>>. Acesso em: 9 mai. 2019.

37 ROUQUIÉ, op. cit., p. 235.

38 NAVES, CÍCERO, op. cit., p. 10.

39 ROUQUIÉ, *ibid.*, p. 235.

sivas de direitos humanos⁴⁰ e crimes de lesa-humanidade⁴¹ culminou, apenas em 2018, com a fuga de ao menos 3,4 milhões de habitantes, o que corresponde a mais de 10% de sua população.

À vista do exposto, é lícito concluir que o Estado, na quadra atual, não se revela democrático em nenhum nível, como, aliás, aponta o prestigiado *score Freedom House*⁴² que, em sua escala de liberdade, classifica a Venezuela como um país “não livre”, por atingir 19,5 pontos numa tabela onde a ordenação negativa máxima para em 21. Em face do exposto, numa perspectiva taxionômica a Venezuela reveste, na prática, um tipo de “cesarismo socialista-revolucionário”, forma de poder com um “substrato ideológico marcado”, erigida “em torno de um chefe ou caudilho que lidera o Estado, em aliança expressa ou tácita com um setor militar e uma vanguarda político-social”⁴³.

A falta de legitimidade em sua dupla dimensão, por certo, expõe a riscos o governo de turno, na medida em que espraia entre base social e forças políticas uma percepção negativa crescente que, em termos concretos, tem sido manifestada por meio de protestos e manifestações pela deposição de Nicolás Maduro. Nessa senda, oportuno lembrar que:

A condição típica das revoluções com largo apoio no povo é a perda de legitimidade e de autoridade do anterior regime. [...] isto significa que do lado dos governados diminui a disposição para aceitarem as decisões dos governantes e para se identificarem com esses últimos [...]. Uma revolução costuma procurar sua justificação no argumento de que substitui uma ordem sentida como injusta por uma mais justa^{44, 45}.

Assim sendo, o ocaso do regime, embora incerto, é decerto uma possibilidade no horizonte, haja vista que “las dictaduras tienden a caer como resultado de sus propios fracasos”⁴⁶ e que “os esboços de uma nova ordem social” tendem a provocar “um amplo empenho nas pessoas, quando deles se espera uma melhor satisfação de seus interesses”⁴⁷.

40 No contexto das violações aos direitos humanos, destaca-se a prática sistemática de prisões políticas no momento atual do país. De acordo com a ONG Foro Penal, apenas em 2019 Maduro fez mais de 2 mil presos políticos, dos quais 857 seguiam encarcerados em maio do corrente ano. (VENEZUELA já teve mais de 2.000 presos políticos em 2019, diz ONG. *Folha de S. Paulo*, Caracas, 8 mai. 2019. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/venezuela-teve-mais-de-dois-mil-presos-politicos-em-2019-diz-ong.shtml>>. Acesso em: 10 mai. 2019).

41 OEA, 2019, p. 3.

42 FREEDOM in the world 2019. Agregate Freedom Score. *Data base*. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/venezuela>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

43 BLANCO DE MORAIS, Carlos. *O sistema político no contexto da erosão da democracia representativa*. Coimbra: Almedina, 2018. p. 207

44 Não há dúvidas de que o questionamento veemente dos regimes é um fenômeno diretamente ligado aos níveis de legitimidade e de consenso. Dentro dessa perspectiva, o combate ao regime ocorre quando o consenso se rompe, isto é, quando se dissemina a recusa das instituições existentes e se arraiga a ideia de que é necessário dar combate para substituí-las por outras (GALVIS GAITÁN, Fernando. *Manual de ciencia política*. 2. ed. Bogotá: Temis, 2005. p. 223). Para Chalco Reyes, um regime se torna ilegítimo quando não cumpre com suas promessas e objetivos, isto é, quando falha sistematicamente em satisfazer a população. Nesses casos, a desídia e o descaço ensejam protestos, reclamações e mobilizações por parte da população, em casos extremos envolvendo pedidos de remoção ou exigências de renúncia. Em sua visão, a situação de ilegitimidade se agrava quando o regime resiste e resolve se prolongar no tempo por intermédio da força e por todos os outros meios coercivos possíveis. (CHALCO REYES, Marcial. *Estado, poder y abuso del poder*. Bogotá: Temis, 2014. p. 214).

45 ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria Geral do Estado: ciência política*. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 244.

46 COLOMER, Josep M. *Ciencia de la política*. 2 ed. Barcelona: Ariel, 2017. p. 301.

47 ZIPPELIUS, op. cit., p. 244.

5. FATORES DE SUSTENTAÇÃO DO REGIME

O clima político na Venezuela é de muita instabilidade. A oposição liderada por Juan Guaidó, chefe da Assembleia Nacional e autoproclamado presidente interino, constantemente convoca a população para manifestações contra o Governo de Maduro. A violência, inclusive com a ocorrência de mortes, e enfrentamentos nas ruas em alguns momentos tende ao escalonamento. Não obstante, Maduro conserva o apoio do alto comando das Forças Armadas da Venezuela, com quem partilha o poder.

Ao fim e ao cabo, em que pese a presença de elementos relevantes como (i) a intensificação das pressões políticas externas, (ii) o recrudescimento da oposição organizada e (iii) o desfavorável clima de insatisfação popular, o fato é que o regime venezuelano permanece vivo e operativo, tendo sido, até o momento, muito eficaz na dissipação de movimentos concertados em prol da derrubada do governo.

Para tanto, deve-se observar que pendem em favor do regime situacionista, entre outros fatores, (i) a contínua adesão da cúpula das forças armadas, (ii) a resiliência da base social chavista e, ademais, (iii) importantes apoios granjeados no teatro internacional, com destaque para o respaldo declarado da Rússia.

Sobre a fidelidade das forças armadas, calha observar a realidade dos governos, sobretudo de índole autoritária, contraria as expectativas do Estado constitucional, segundo as quais os esses aparelhos “deveriam implementar as decisões com total obediência e neutralidade perante as lutas políticas pelo domínio da sede do poder”. É o que leciona Adriano Moreira⁴⁸, para concluir que as Forças Armadas exercem um “peso” determinante nos rumos de processos decisórios e ações revolucionárias no contexto de um país.

Não por acaso, no campo especulativo do planejamento estratégico de países estrangeiros a cooptação da elite militar tem sido veiculada sem reservas. A propósito, em entrevista recente Jair Bolsonaro declarou descartar, em princípio, o envio de tropas, afirmando que a estratégia brasileira de momento tem como objetivo central “criar fissuras no Exército venezuelano, para tirar o apoio dado pelos militares ao Presidente Nicolás Maduro”⁴⁹.

Até agora, porém, os sinais aparentes apontam para a manutenção da afinidade entre as cúpulas das instâncias bélica e política. A despeito de uma convocação anunciada pela principal figura da oposição, Juan Guaidó⁵⁰, inclusive com a sinalização pública de anistias (aprovadas pelo Parlamento em janeiro de 2019), as manifestações do último abril tiveram um baixo índice de adesão militar, tendo sido, por isso, debeladas pelas forças do governo⁵¹.

48 MOREIRA, Adriano. *Ciência política*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2014. p. 192-193.

49 BOLSONARO diz que se houver invasão na Venezuela, consultará Congresso, mas decisão final é dele. *O Globo*, Mundo, 08 abr. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/bolsonaro-diz-que-se-houver-invasao-na-veezuela-consultara-congresso-mas-decisao-final-dele-235883255>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

50 GUAIDÓ diz ter apoio de militares para pôr ‘fim à usurpação’ na Venezuela e convoca povo às ruas. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/30/juan-guaido-diz-que-tem-apoio-de-principais-unidades-militares-e-pede-para-que-venezuelanos-tomem-as-ruas.ghtml>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

51 Cabe esclarecer que as deserções, ainda que pouco expressivas, existem. Pontue-se que apenas em abril de 2019 expulsou 13 oficiais (entre eles, dois generais) das Forças Armadas, num primeiro momento, levando na sequência de manifestações populares outros 24 à prisão. (AFP. Nicolás Maduro expulsa militares que reconheceram Juan Guaidó como presidente da Venezuela. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 04 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/04/nicolas-maduro-expulsa-militares-que-reconheceram-juan-guaido-como-presidente-da-venezuela.ghtml>>. Acesso: 13 mai. 2019). Ainda com relação ao índice

Noutro giro, no caso venezuelano, é dado observar que a dinâmica das movimentações políticas segue um *script* previsível e particular: até o momento, observa-se que os protestos eventualmente organizados pelos coletivos oposicionistas têm sido acompanhados por numerosas e robustas manifestações populares em apoio ao regime, o que dá fôlego ao círculo de Maduro.

Quanto a este tema, entende-se que a base de apoio do regime chavista começa a se formar no início do milênio, na esteira de um pacote de medidas populistas – como a cruzada pela saúde “*Barrio Adentro*”, o projeto pela erradicação do analfabetismo e a abertura de lojas públicas com itens de primeiras necessidades (*Merca*) – que, conforme Rouquié⁵², foram extremamente eficazes na disseminação de um sentimento de inclusão social, sobretudo entre as camadas mais pobres. Na sequência, essa adesão é expandida e, no limite, mantida por intermédio de políticas clientelistas e, especialmente, da ação incisiva da máquina de propaganda estatal⁵³.

Por derradeiro, com respeito ao apoio internacional, embora o regime venezuelano venha sofrendo, nos últimos anos, uma sucessiva perda de apoio em escala regional, com a substituição de governos alinhados por antagonistas ideológicos em Colômbia, Brasil, Chile e Argentina, a sinalização de alianças com a potência russa desestimula investidas mais drásticas e, de certo modo, diminui a probabilidade de que outros Estados, sobretudo os vizinhos, adiram aos setores oposicionistas com o envio de tropas ou suprimentos de caráter militar. Como reforço, cumpre também reparar que o governo de Mauro recebe, entre outros, o apoio de Bolívia, Cuba, Turquia e China⁵⁴.

6. CONCLUSÃO: ANÁLISE GEOPOLÍTICA DE RISCO

As ditaduras podem morrer por diversas causas, razão pela qual o subdesenvolvimento econômico não desempenha, fatalmente, um papel privilegiado nessa questão. Nada obstante, quando diante de fatores contingenciais, a probabilidade

de deserção, em reunião do Conselho de Segurança da ONU em fevereiro do corrente ano, o embaixador Samuel Moncada contestou o dimensionamento dado por relatos informais, sustentando que, desde o início do Governo Maduro (2013), apenas 109 dentre os 280 mil membros do Exército venezuelano haviam desertado. Os números foram prontamente desacreditados pelo governo colombiano, que afirma haver recebido em seu território cerca de 1.400 militares no mesmo período. (AUMENTA deserção de oficiais de média patente da Venezuela. *Veja Online*, São Paulo, 24 abr. 2019. Seção Mundo. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/aumenta-desercao-de-oficiais-de-media-patente-da-venezuela/>>. Acesso em: 13 mai. 2019).

52 ROUQUIÉ, 2010, p. 234.

53 O regime venezuelano utiliza, sistematicamente, da propaganda política massiva e, como refere Lazo-Cividanes, na linha de outras ditaduras, invariavelmente, atribui as mazelas do país a inimigos externos e sabotadores internos, notadamente a “planos desestabilizadores” preparatórios de um golpe de Estado, que depõe contra os interesses populares e está sempre no horizonte. (LAZO-CIVIDANES, Jorge. Elecciones en Venezuela: ¿el fin de la era Chávez? *La Chronique des Amériques*, Montreal, n. 39, nov. 2006). Nesse tocante, Rouquié recorda um anúncio público realizado por Chávez em abril de 2008, no qual anunciou a nacionalização de três companhias estrangeiras de cimento, às quais atribuiu a responsabilidade pelo déficit habitacional. (ROUQUIÉ, op. cit., p. 233). Na versão oficial, o desabastecimento da matéria-prima no mercado devia-se ao fato de que tais empresas, em nome de interesses financeiros contrários ao “interesse nacional”, privilegiavam indevidamente, as atividades de exportação.

54 No limite, uma intervenção militar internacionalmente apoiada poderia levar a um conflito militar envolvendo potências nucleares, opondo, por exemplo, os Estados Unidos à Rússia e à China. Recentemente a Rússia enviou aeronaves para o país sul-americano com mais de cem funcionários do governo russo, além de dois bombardeiros Tupolev 160 capazes de transportar armas nucleares, fato que irritou os americanos e ensejou protestos públicos. Por outro lado, uma invasão norte-americana e de países aliados, como Colômbia e Brasil, teria um alto custo político e econômico, além de não ser estrategicamente simples, pois o território venezuelano é extenso e pleno de montanhas, florestas e pântanos e, ademais, porque a Venezuela conta com forças armadas bem aparelhadas por conta da cooperação militar com os russos. O interesse da China e da Rússia em apoiar o regime, some-se, vai além dos recursos em acordos bilaterais já investidos na Venezuela, sendo uma forma de fazer um contraponto aos EUA na América do Sul. Assim, do ponto de vista geopolítico é muito importante para os países do leste a manutenção de um aliado na região, quanto mais um aliado extremamente rico em reservas de petróleo.

de sobrevivência de um regime específico é consideravelmente maior quando se trata de um país rico⁵⁵.

Conforme a literatura especializada, diversos fatores podem fragilizar as posições assumidas pelos regimes ditatoriais. Colomer destaca, entre outros: (i) o *tamanho do país* (um território extenso pode tornar difícil a manutenção de controles sobre certos entornos, ainda mais quando existem terrenos montanhosos ou geograficamente acidentados; ademais, uma população grande aumenta o número de rebeldes potenciais); e (ii) a *debilidade do Estado* (corrupção e incompetências estatais podem desencadear mal-estar, indignação e protestos populares)⁵⁶. Por outro lado, o analista espanhol⁵⁷ pondera que a pobreza generalizada diminui os custos de oportunidades, dificultando, em termos materiais, os projetos de luta armada.

À vista desses aspectos, a situação venezuelana, de certa forma, se reequilibra, em função da presença simultânea de fatores que facilitam e de fatores que dificultam, em hipótese, as táticas e cálculos de rebelião.

Em nossa leitura, a despeito de todas as mazelas experimentadas pela população venezuelana, o fiel da balança pende, no momento, em favor do regime e se expressa tanto pela ausência de indicativos claros de que a oposição contará com apoio estrangeiro armado como, principalmente, pelas recentes demonstrações de lealdade do Exército. Considerando, com Eckstein, que, no comum dos casos, “as revoluções ocorrem [...] quando os obstáculos às fortes pressões são desbloqueados”, as Forças Armadas servem, ainda, como um forte escudo de proteção para o regime político vigente⁵⁸.

Dentro desse raciocínio, avaliamos como baixo, a curto prazo, o risco de uma ruptura por colapso no caso venezuelano, designadamente porque a violência política é mais provável de ser aplicada quando os atores envolvidos percebem como altas as suas possibilidades de sucesso⁵⁹. Nesse diapasão, a assimetria verificada entre o capital coercitivo do Estado – reforçado, inclusive, pela leal e numerosa Milícia Bolivariana – e as forças atualmente mobilizadas pela oposição permitem argumentar, por ora, que se mantêm em níveis baixos as expectativas em torno de uma eventual rebelião.

Sem embargo, é certo que, para durar, um regime político autoritário necessita não apenas de um eficiente aparelho repressão, mas também da provisão de benefícios coletivos capazes de assegurar a aquiescência de seus súditos. Nessa ordem de ideias, o cenário de instabilidade venezuelano tende a durar, sendo que a médio ou longo prazo o regime pode, finalmente, sucumbir, abrindo passo a um processo de transição democrática que só se dará por consumado quando o Estado venezuelano volte a realizar eleições pluripartidárias verdadeiramente livres⁶⁰, retome um respeito reverencial pelas liberdades de opinião, de oposição

55 PRZEWORSKI et al., 2000 apud COLOMER, 2017, p. 337.

56 COLOMER, op. cit., p. 303-304.

57 Ibidem, p. 304.

58 ECKSTEIN, Harry. Abordagens teóricas para explicar a violência política coletiva. In: GURR, Ted Robert. *Manual do conflito político*. Brasília: Ed. UnB, 1985. p. 173.

59 ECKSTEIN, 1985, p. 178. Nessa direção, os analistas políticos tendem a crer que as lutas clandestinas nascem quando se dão estas duas condições: de um lado, que o regime seja considerado intolerável por uma significativa parte da população; de outro, que exista uma razoável esperança de que é possível derrubar o governo (DUVERGER, 1991 apud GALVIS GAITÁN, 2005, p. 222).

60 NOHLEN, Dieter. *¿Cómo estudiar ciencia política? Una introducción en trece lecciones*. Ciudad de México: Marcial Pons,

e de imprensa⁶¹ e, finalmente, quando os grupos políticos locais compreendam que não existe alternativa aos processos democráticos de acesso ao poder, e que ninguém tem o direito de vetar *manu militari* a ação daqueles que governam com um suporte eleitoral autêntico⁶².

REFERÊNCIAS

AFP. Nicolás Maduro expulsa militares que reconheceram Juan Guaidó como presidente da Venezuela. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 04 abr. 2019. Disponível: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/04/nicolas-maduro-expulsa-militares-que-reconheceram-juan-guaido-como-presidente-da-venezuela.ghtml>>. Acesso: 13 mai. 2019.

AGÊNCIA Lusa. Há 87% de pobres na Venezuela e 61% da população vive em pobreza extrema. *Observador*, 14 sep. 2018. Disponível em: <<http://www.observador.pt/2018/09/14/ha-87-de-pobres-na-venezuela-e-61-da-populacao-vive-em-pobreza-extrema/>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

ALVIM, Frederico Franco. *Cobertura política e integridade eleitoral: efeitos da mídia sobre as eleições*. Florianópolis: Habitus, 2018.

AUMENTA deserção de oficiais de média patente da Venezuela. *Veja Online*, São Paulo, 24 abr. 2019. Seção Mundo. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/aumenta-desercao-de-oficiais-de-media-patente-da-venezuela/>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues. *A matriz do poder: uma visão analítica da globalização e antiglobalização no mundo contemporâneo*. 2. ed. Lisboa: MGI, 2014. p. 310

BATTISTELLA, Dario. *Teorias das relações internacionais*. 4. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014. p. 410-411.

BAZZO, Gabriela; FRANCO, Marina. MERCOSUL suspende direitos políticos da Venezuela por 'ruptura da ordem democrática'. *Portal G1*, São Paulo, 05 ago. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-suspende-direitos-politicos-da-venezuela-por-ruptura-da-ordem-democratica.ghtml>>. Acesso: 21 abr. 2019.

BLANCO DE MORAIS, Carlos. *O sistema político no contexto da erosão da democracia representativa*. Coimbra: Almedina, 2018.

BOLSONARO diz que se houver invasão na Venezuela, consultará Congresso, mas decisão final é dele. *O Globo*, Mundo. 08 abr. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/bolsonaro-diz-que-se-houver-invasao-na-veezuela-consultara-congresso-mas-decisao-final-dele-235883255>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

2012. p. 54.

61 DAHL, 2015, p. 27.

62 URIARTE, Edurne. *Introducción a la ciencia política: la política en las sociedades democráticas*. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2010. p. 123.

- BORBA, Pedro dos Santos de. *Segurança na América do Sul*. Porto Alegre: Nerint, 2009.
- CENTRAL Intelligence Agency. *The World Factbook 2016-2017*. Political South America. Washington DC, 2017. Disponível em: <<http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sa.html>>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- CHALCO REYES, Marcial. *Estado, poder y abuso del poder*. Bogotá: Temis, 2014.
- COLOMBO, Sylvia. Colômbia sugere aliança com Bolsonaro para derrubar Maduro. *Folha de S. Paulo*, Nova York, 29 out. 2018. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/colombia-sugere-alianca-com-bolsonaro-para-derrubar-maduro.shtml>>. Acesso: 21 abr. 2019.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- DELGADO, Fernanda. O mercado internacional de petróleo: dos fundamentos do mercado à geopolítica. *FGV Energia*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://fgvenergia.fgv.br/noticias/o-mercado-internacional-de-petroleo-dos-fundamentos-de-mercado-a-geopolitica>>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- DONADIO, Marcela; TIBILETTI, María de la Paz. *Atlas comparativo de la defensa en América y Caribe*: edición 2016. Buenos Aires: RESDAL, 2016.
- ECKSTEIN, Harry. Abordagens teóricas para explicar a violência política coletiva. In: GURR, Ted Robert. *Manual do conflito político*. Brasília: Ed. UnB, 1985.
- EFE. Colômbia fecha parte da fronteira com a Venezuela por 2 dias para 'avaliar danos'. Portal G1, Rio de Janeiro, 24 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/24/colombia-fecha-parte-da-fronteira-com-a-venezuela-por-2-dias-para-avaliar-danos.ghtml>>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- FREEDOM in the world 2019. Agregate Freedom Score. *Data base*. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/venezuela>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- GUAIDÓ diz ter apoio de militares para pôr 'fim à usurpação' na Venezuela e convoca povo às ruas. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/30/juan-guaido-diz-que-tem-apoio-de-principais-unidades-militares-e-pede-para-que-venezuelanos-tomem-as-ruas.ghtml>>. Acesso em: 13 mai. 2019.
- GALVIS GAITÁN, Fernando. *Manual de ciencia política*. 2. ed. Bogotá: Temis, 2005.
- HAUSMANN, Ricardo; RIGOBON, Roberto. In search of the Black Swan: analysis of the statistical evidence of electoral fraud in Venezuela. *Statistical Science*, v. 26, n. 4, p. 543-563, 2011.
- HERMET, Guy. Legitimidade. In: HERMET, Guy *et al. Dicionário de Ciência Política e das instituições políticas*. Lisboa: Escolar Editora, 2014, p. 157-159.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Países. Venezuela. *Base de dados*. Disponível em: <<http://países.ibge.gov.br/dados/Venezuela>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

- INSTITUTO de Economia Agrícola. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. *Base de dados*, 2018. Disponível em: < <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/index.php>>. Acesso em: 20.11.2018.
- INDEX Mundi. Mapa Comparativo entre Países. População. América do Sul. *Base de dados*. Disponível em: <<http://indexmundi.com/map/?v=21&r=sa&l=pt>>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- LARA, António de Sousa. *Ciência política: estudo da ordem e da subversão*. 9. ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2017.
- LAZO-CIVIDANES, Jorge. Elecciones en Venezuela: ¿el fin de la era Chávez? *La Chronique des Amériques*, Montreal, n. 39, nov. 2006.
- MALTEZ, José Adelino. *Manual de ciência política: teoria geral da República*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2018.
- MARQUES, Fernando Pereira. *Introdução ao estudo dos partidos políticos e sistemas eleitorais*. Lisboa: Âncora, 2016.
- MAZUI, Guilherme. Em comunicado, países do Mercosul pedem que Venezuela estabeleça canais de acesso para ajuda humanitária. *Portal G1*, Brasília, DF, 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/em-comunicado-paises-do-mercosul-pedem-que-venezuela-estabeleca-canais-de-acesso-para-ajuda-humanitaria.ghtml>>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- MIRANDA, Jorge. *Direito eleitoral*. Coimbra: Almedina, 2018.
- MONTEIRO, J. A. Pereira. *Poder e obediência: uma teoria do consentimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.
- MOREIRA, Adriano. *Ciência política*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2014.
- NAVES, Mônica Martins; CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. Desigualdade e desenvolvimento na Venezuela: uma análise histórico-contemporânea. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPRESENTAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2014.
- NERY, Tiago. As diferentes trajetórias de desenvolvimento de Brasil e Venezuela (1945-2015). *Cadernos de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, p. 35-60, 2017.
- OHLEN, Dieter. *¿Cómo estudiar ciencia política? Una introducción en trece lecciones*. Ciudad de México: Marcial Pons, 2012.
- NORRIS, Pippa. *Why electoral integrity matters?* Oxford: Oxford Press, 2013 (edição eletrônica Kindle).
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Informe preliminar sobre la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región*. Washington DC: OEA, 2019.
- REUTERS [<https://ita.reuters.com/articulo/petroleo-opep-sondeo-idLTACKN-1RD261-OUSLT>]. Acesso: 21.4.2019.

- ROMERO, Carlos. La política exterior de la Venezuela bolivariana. *Plataforma Democrática*, São Paulo, working paper n. 4, jul. 2010.
- ROUQUIÉ, Alain. *A la sombra de las dictaduras*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- SALGADO, Tiago Santos. A ingerência estadunidense na Venezuela chavista. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 57-82, dez. 2017.
- SCHEDLER, Andreas. *La política de la incertidumbre en los regímenes electorales autoritarios*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2016.
- SCHENEGOSKI, A. M.; ALBUQUERQUE, E. S. A geopolítica da política externa bolivariana. *GEOSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 71-82. 2014. (Online).
- SILVA, Luiz Fernando de O. Questão militar na Venezuela chavista: política, representação e tempo presente. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO TEMPO PRESENTE, 3., 2017, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UDESC, 2017.
- TRADING Economics. *Base de dados*, 2019. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com>>. Acesso em: 9 mai. 2019.
- URIARTE, Edurne. *Introducción a la ciencia política: la política en las sociedades democráticas*. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2010.
- VENEZUELA já teve mais de 2.000 presos políticos em 2019, diz ONG. *Folha de S. Paulo*, Caracas, 8 mai. 2019. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/venezuela-teve-mais-de-dois-mil-presos-politicos-em-2019-diz-ong.shtml>>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. *Guyama Esequiba: historia de un despojo*. Caracas: MPPRE, 2016.
- VILLA, Rafael Duarte; VIGGIANO, Juliana. Trends in South American weapons purchases at the beginning of the new millenium. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 55, n. 2, p. 28-47, dec. 2012.
- THE World Bank. World Development Indicators. GDP Growth (annual %). *Base de dados*. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators#>>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- ZIPPELIUS, Reinhold. *Teoria Geral do Estado: ciência política*. São Paulo: Saraiva, 2016.

ANEXOS

Figura 1:



Fonte: SCHENEGOSKI; ALBUQUERQUE, 2014.

Figura 2:



Fonte: VENEZUELA, 2016.

